

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Uma mudança de perspectiva analítica- o “surgimento” dos pobres na
Argentina contemporânea**

Fernanda Soares Cardozo*

RESUMO: Este trabalho pretende debater algumas das novas identidades surgidas na Argentina após o processo de privatizações, demissões em massa e crise econômica da década de 1990. Uma mudança muito importante é o “surgimento” de pobres em uma sociedade até certo tempo igualitária e a dificuldade de assimilar sua existência. A “questão social” entra muito tardiamente na pauta de discussões do país, especialmente enquanto prevalece o mito do “país rico”. Dentre essas novas identidades estão os “novos pobres”, categoria dos que pertenciam à classe média e passaram à pobreza, e os “piqueteros”, integrantes de um movimento social colocados pelo governo ou pelos meios de comunicação em muitos momentos como indivíduos perigosos, vagabundos, desordeiros, agressivos, violentos, se insere dentro da tentativa de criminalizar o protesto social.

Palavras-chave: pobreza, movimentos sociais, piqueteros.

ABSTRACT: This paper intends to discuss some of the new identities emerged in Argentina after the privatization's process, mass unemployment and economic crisis in the 90's. A very important change is the “sprouting” of the poors in a society until certain time equal and the difficulty to assimilate their existence. The “social question” arrives very late at the country guideline discussion, especially while prevails the myth of the “rich country”. At the present time, the society and the academy try to establish new rules of demarcation in a popular world that collapsed. Between this new identities are the “new poors”, who those used to belong to the middle class and passed to poverty, and the “piqueteros”, integrants of a social movement seen by the government or the mass media as dangerous persons, violent, rampagers, aggressive, lazybones, all in a attempt to criminalize the social protest.

Key words: poverty, social movements, piqueteros.

Na Argentina da década de 1990, as privatizações de empresas públicas produziram inúmeras demissões, e a abertura ao capital estrangeiro e a facilidade de importar graças à paridade entre o dólar e peso acabaram levando à falência muitas empresas argentinas. Somaram-se, a todos os que estavam sem emprego e moravam em ocupações urbanas desde os anos 1980 uma nova categoria, os "novos pobres", ou seja, desempregados que antes possuíam um bom salário e todas as garantias trabalhistas oferecidas pelo Estado.

Produziu-se uma mudança na pirâmide das classes: a base se alargava enquanto a camada intermediária, que fora a maior durante grande parte da história argentina, migrava para a parte de baixo. Somado a tudo isso, assumindo as idéias-força que nortearam as metas

* Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

do Consenso de Washington, o governo enxugava os gastos, principalmente em áreas como saúde pública e educação.

A sociedade não assistiu parada: um grande número de movimentos sociais se formou, assim como associações comunitárias, assentamentos urbanos, cooperativas e assembléias populares. E dentro desse novo ciclo de organização dos excluídos do mundo globalizado e neoliberal, um movimento vai se destacar: é o movimento piquetero.

Cidades como Cutral-Có e General Mosconi, em Salta, no norte argentino, tinham sua base econômica e social intimamente ligada à YPF: eram os salários dos trabalhadores que movimentava o comércio, os empregos secundários, o sustento de famílias assentadas numa sólida base de proteção corporativa. Os trabalhadores da YPF recebiam bons salários e como membros sindicalizados, tinham direito à todo espectro de benefícios sociais que essa agremiação assegurava, como pensões, aposentadorias, saúde, etc.

Considerado inicialmente como uma forma de permitir a sobrevivência dos desempregados, o movimento piquetero logo passou a ser visto como um grande problema. Tanto pelo governo argentino, que em muitos momentos cedeu às pressões e viu as reivindicações e a força do movimento ficarem ainda maiores, quanto para uma parte da população que passou a reclamar por sua liberdade de circulação, impedida pelos piqueteros em seus protestos. Essa tendência se intensifica principalmente após o começo de 2002. Os grandes jornais, em especial os diários de circulação nacional Clarín e La Nación reforçaram essa nova inclinação da opinião pública e refletiram essa posição de forma mais ou menos assumida.

Foi se criando aos poucos uma espécie de "consenso antipiquetero" de que os protestos estariam perturbando a população "de bem", que está indo para seu trabalho, reforçado pelo "chamado à normalidade" feito pelo presidente Néstor Kirchner em seu discurso de posse, em maio de 2003. Governo e meios de comunicação sublinhavam apenas as consequências negativas das ações de protesto (a obstrução do trânsito, os problemas de transporte, a perda de dias de aula, o risco de desatenção nos hospitais públicos), ou seu caráter "eminentemente político", criando assim condições favoráveis para o avanço da judicialização e criminalização dos conflitos sociais.

Partindo do objetivo de discutir o processo de criminalização que vem sofrendo o movimento piquetero na Argentina, fazemos um recorrido pelas identidade das duas principais categorias que vêm a integrar o movimento piquetero: os "novos pobres" e os "pobres". Os novos pobres são a base da formação do movimento piquetero, os demitidos de empresas estatais com um estabelecido sistema de bem-estar social, em especial a YPF. Num

segundo momento, são os pobres estruturais que se tornam a grande maioria do número de membros, e é a eles que o processo de criminalização é dirigido mais sistematicamente.

A criminalização do protesto se relaciona com a criminalização da pobreza dentro do marco da retirada do Estado de suas funções de provedor de bem-estar social e regulador de empregos. Como coloca WACQUANT, 2001: 18, passamos de um Estado-providência ao estado-penitência. O descontentamento gerado pelo desemprego e pela miséria causado pela própria e deliberada retirada do Estado na regulação dessas variáveis é enfrentado com mais policiais e mais prisões. Os já diminuídos investimentos no setor social são transferidos para a construção de mais e melhores penitenciárias, equipamento e aumento da polícia, etc.

Para PINEDO: 2003: 333, a questão se relaciona também com a cultura política que se instalou na Argentina nos últimos 30 anos que preconiza que "os pobres não fazem política, são assistidos por políticas". A "boa política" seria exercida pela classe média, em especial a de Buenos Aires. "Quando os pobres fazem política são suspeitos, ou porque se prostituem com o político de turno, ou porque são manipulados ou infiltrados"

O discurso 'lombrosiano' que justifica a repressão, como o chamam Schuster e Scribano, etiqueta e justifica a identidade que atribui: "se protesta deve ser piquetero, se é piquetero seguramente protesta de forma incorreta", ou "não se veste bem, não sabe falar, não parece ter comido bem, está na rua na hora em que 'as pessoas' trabalham, então é um desses que protesta" . "Os jogos discursivos de fazer de todo aquele que protesta um piquetero se orientam à criminalização e possibilitam a repressão preventiva. É dizer, ante a dúvida, se protesta, seguramente algo criminoso faz" (SCHUSTER, SCRIBANO, 2004: 9).

Também é importante entender as diferenças entre os novos pobre e os pobres dentro da perspectiva do novo ciclo de protestos que emerge na década de 1990. Esse novo ciclo é considerado tão peculiar em relação aos anteriores pois temos um decréscimo de manifestações tradicionais como greves por melhores salários e o surgimento de outras formas de ação coletiva e novas demandas.

As "velhas formas" (boicote, concentração, greve de fome, marcha, greve, tomada, ocupação, motim) passam a coexistir ou ser substituídas pelo corte de estrada, acampamento, cacerolazo, escrache, as barracas e tendas em frente a prédios públicos, e o cyberprotesto. Há uma forte tendência a atividades conjuntas, multisetoriais, que reúnem diversos movimentos: trabalhadores empregados, desempregados, estudantes, comerciantes e pequenos produtores rurais e urbanos.

Emerge uma nova forma de protestar, uma acumulação de rotinas aprendidas e compartilhadas mediante as quais grupos sociais formulam coletivamente reclamações ao Estado. A denominação que começa a aparecer com mais frequência é piquetero.

Quem são esses pobres que começam a aparecer nas pesquisas dos cientistas sociais argentinos? É importante observar alguns dos significados que se atribuem a eles. É na década de 1990 que se registra o nascimento de uma nova categoria social: os novos pobres. Uma grande parte dos mais de 20 milhões de pobres provém da classe média, que ao longo dos últimos 10 anos foi ficando sem emprego, passou a trabalhar “en negro” (na informalidade), a viver de “bicos” ou trabalhando por conta própria (taxistas, proprietários de micro empresas, vendedores ambulantes, etc). São pessoas que vivem objetivamente uma situação de pobreza, mas que têm sistemas de vida, expectativas e visões que não são próprias do universo da pobreza.

Junto aos novos pobres, estão os empobrecidos durante a ditadura e ao longo do governo Alfonsín. Uma mudança muito importante e peculiar é o surgimento de pobres em uma sociedade até certo tempo com menor índice de desigualdades e a dificuldade de assimilar sua existência na sociedade. Kessler e Armoni (2004) fazem um recorrido pelas sucessivas imagens de um país em crise social, em especial a partir da redemocratização. A discussão sobre a “questão social” é uma noção residual, especialmente enquanto prevalece o mito do país rico- situação que começa a mudar, mas ainda pouco perceptivelmente, a partir da crise de 1929.

O Estado justicialista outorga direitos para os trabalhadores sindicalizados; para os não-assalariados, cria a Fundação Eva Perón, de caráter assistencialista. A pobreza é uma categoria à parte dos trabalhadores- os pobres e desamparados são aqueles que não podem se beneficiar da máquina da sociedade salarial- e são atendidos pela “mãe” (Evita), enquanto os trabalhadores se entendem com o “pai” (o presidente, Perón).

Na ditadura se criam ações para as pessoas “carentes”, embora o governo militar negasse que existissem pessoas passando fome. A pesquisa social é dificultada e os poucos números sobre o período são elaborados por observadores internacionais, como a Unicef.

No primeiro momento da redemocratização, surge a “novidade” da fome, impulsionada pela denúncia social da Igreja, enquanto os organismos de direitos humanos aumentavam a pressão para que o governo admitisse as desapareições, e as primeiras manifestações contra a carestia, o aumento dos aluguéis, etc.

A abertura democrática não implicou a instalação da questão social no centro dos debates, devido à uma defasagem entre o que realmente aconteceu na estrutura social e a

consciência da sociedade. Os discursos de Alfonsín acusam a fome de ser um legado da ditadura, e a democracia aparece como solução para todos os males. O governo tem dificuldade em aceitar a realidade da fome na Argentina e integrá-la como parte prioritária nas ações destinadas à questão social. Uma pesquisa apresentada em 1984 pelo INDEC, com dados do censo de 1980, mostra que $\frac{1}{4}$ da população argentina tem suas necessidades básicas não atendidas: o governo cria o Programa Alimentario Nacional (PAN), que distribui cestas básicas para cerca de 700 mil famílias.

Nessa época, a distribuição de alimentos gerou um forte choque cultural, como colocam Kessler e Armony (2004, p. 101), pois muitos dos beneficiados são trabalhadores, e mesmo pessoas em extrema necessidade deixam de solicitá-la pois acham que esse benefício é para os realmente pobres. O próprio governo lança o programa como uma necessidade de emergência, uma exceção, que deverá ser corrigida com a democracia e uma correta distribuição de investimentos. Esse programa também expõe que a fome não está apenas nas províncias pobres, mas também no rico conurbano bonaerense.

No final do governo Alfonsín (1989), com hiperinflação, há uma onda de saques, que volta à chocar os argentinos que acham que os pobres não existem no seu país. A culpa é da alta do dólar, que insiste em subir - atribuindo uma relação de exterioridade aos problemas do país. 1989 teria marcado o final de um período da história argentina que havia começado na sociedade peronista. Nos anos 80, o Estado deixa de vincular-se às classes populares como produtores e começa a relacionar-se com elas como pobres.

No governo Menem se dá um tratamento fiscal à questão social- que é colocada em separado do social. O discurso é de que as reformas tem um custo social, inevitável e necessário, e que com o passar do tempo, os mais prejudicados (os mais pobres que sofrem com os cortes dos programas sociais) serão beneficiados. A classe média começa a ser suprimida, e com ela, toda uma noção de sociedade, que era baseada na divisão trinária classe alta- média- baixa, com predomínio da média durante grande um importante período do século XX.

Em 1995, com 18,5% de desemprego, este aparece como problema coletivo, mas como o governo não estabelece uma política oficial, as soluções tem que ser buscadas individualmente. Não se questiona o “modelo”, pois não se pode nem cogitar ações estatais que violentassem a estabilidade.

Hoje a sociedade tenta estabelecer novos critérios de demarcação no interior de uma sociedade que se modificou: os pobres são indivíduos perigosos, por serem desempregados. Esta concepção passa ao movimento piquetero, cujos membros são

considerados vagabundos, desordeiros, agressivos, violentos, dentro da tentativa de criminalizar o protesto social.

Pratesi (2003) aponta três identidades atribuídas ao pobre: o pobre honesto, o pobre ladrão (“chorro”) e o pobre piquetero. O pobre honesto seria aquele que é “trabalhador”, que mesmo desempregado não deixa de procurar emprego e presta serviços em troca de algum dinheiro (“dignifica o dinheiro recebido”), é limpo e participa das atividades que lhe são propostas. O “chorro” pratica pequenos furtos, trafica drogas, é beneficiário dos programas sociais mas é visto sempre com desconfiança pois pode praticar um delito a qualquer momento. Os números da Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional (relatório 2005) incluem os jovens baleados “pelas dúvidas, porque poderiam ser ladrões, colocando em evidência a existência de esquadrões da morte que fazem limpeza social com o propósito mascarado de brindar segurança aos bairros”.

Já o pobre piquetero é visto com ambigüidade: possui as características do pobre honesto mas assume uma posição diferenciada quanto à pobreza, enfrentados pelo governo através do discurso da politização e da criminalização. Essa visão reproduz a idéia de que os piqueteros reclamam apenas enquanto “fantoques” de políticos opositores, e perturbando a tão sonhada “normalidade institucional” que o presidente Nestor Kirchner pediu a todos os argentinos. O movimento piquetero é considerado um problema, um perigo que ameaça a ordem social.

Frente ao pedido de criação de postos de trabalho genuíno, o governo respondeu com uma série de políticas que alternam a repressão política e seletiva com a cooptação política. A estigmatização dos piqueteros se completa pela distinção que o governo faz entre protesto legítimo e ilegítimo, aquele que teria “causas políticas”. Entretanto a perseguição do governo Kirchner aos “piqueteros malos” assumiu proporções maiores: é a eles que o discurso é dirigido. As denominações variam: “duros”, “malos”, “piquemalos”, “los del palo”, “los de la capucha”. As características desses grupos são continuarem a fazer piquetes, geralmente fazendo cortes totais (sem deixar caminho alternativo), manterem uma posição contrária ao governo e utilizarem um pano para cobrir o rosto durante a realização do corte.

Os piqueteros são pobres. Mas não pertencem ao mundo tradicional da marginalidade estrutural (como ocorre no Brasil, Venezuela ou Peru), senão ao mundo de uma sociedade salarial desarticulada. Por isso os movimentos piqueteros são tão persistentes e organizados. Têm vínculos históricos com os sindicatos e com as organizações sociais de bairro”, como coloca Godio (2003, internet).

Referências bibliográficas

- ANDRINI, Leandro. **Argentina: Los progresistas y los piqueteros**. 18 de fevereiro de 2004. Disponível em 16 de outubro de 2006 em <<http://www.rebelion.org/argentina/040217andrini.htm>>.
- ARMONY, Victor; KESSLER, Gabriel. Imágenes de una sociedad en crisis. Cuestión social, pobreza y desempleo. In: NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente (comps.) **La historia reciente: Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.
- AUYERO, Javier. **La protesta**. Retratos de la beligerancia popular en la Argentina democrática. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2002.
- KLACHKO, Paula. La conflictividad social en la Argentina de los '90: el caso de las localidades petroleras de Cutral-Có y Plaza Huincul (1996-1997). In: LEVY, Bettina (comp.). **Crisis y conflicto en el capitalismo latino-americano**. Lecturas políticas. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- LANATA, Jorge. **Argentinos**. Tomo 2. Siglo XX: desde Yrigoyen hasta la caída de De la Rúa. Buenos Aires: Ediciones B, 2003.
- MINUJIN, Alberto. **Cuesta Abajo. Los nuevos pobres**. Efectos de la crisis en la sociedad Argentina. Buenos Aires: Losada, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O FMI e o colapso da Argentina**. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 27 de setembro de 2005.
- PEGORARO, Juan S. Las políticas de seguridad y la participación comunitaria en el marco de la violencia social. In: BRICEÑO-LEON, Roberto. (comp.) **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 29- 55
- PINEDO, Jerónimo. Cinco notas sobre el conflicto, la protesta popular y la criminalización de los movimientos de trabajadores desocupados. In: RODRÍGUEZ, Esteban et al. **La criminalización de la protesta social**. La Plata: La grieta, 2003. p. 329- 334.
- PRATESI, Ana R. **Identidades de la pobreza**. Honestos, chorros y piqueteros en el Gran Resistencia. Universidad Nacional del Nordeste. Comunicaciones Científicas y Tecnológicas 2003. Disponível em <http://www.unne.edu.ar/cyt/2003/comunicaciones/01-Sociales/S-007.pdf> em 27 de outubro de 2005.
- RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880- 2003)**. Buenos Aires: Ariel, 2006.
- ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 1916- 1999. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2006.
- SCHUSTER, Federico. Turbulencia XXI. **Encrucijadas**, Buenos Aires, setembro de 2001. P. 92- 98.
- SCHUSTER, Federico, PÉREZ, Germán, PEREYRA, Sebastián et al. **Transformaciones de la protesta social en Argentina 1989-2003**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2006.
- SCRIBANO, Adrián; SCHUSTER, Federico. **¡Cuidado, protestante a la vista!** Encrucijadas, Buenos Aires, setembro de 2004. p. 6-10.
- SCRIBANO, Adrián; SCHUSTER, Federico. **Protesta social en la Argentina de 2001. Entre la normalidad y la ruptura**. Revista do OSAL. Ano 2, nº, setembro de 2001.
- SEBRELI, Juan José. **Crítica de las ideas políticas argentinas**. 5 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- SVAMPA, Maristella, PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras**. 2ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.